

ATA	Pág. 1/11
------------	-----------

Designação	N.º	11/2012
Reunião Conselho Executivo da CIMT	Data	26/10/2012
Presenças		
Presidência	Nome	
Presidente CE da CIMT	António Rodrigues	
Vice-Presidente da CIMT (Presidente CM Constância)	Máximo Ferreira	
Restantes Membros		
Presidente CM Abrantes	Maria do Céu Albuquerque	
Presidente CM Alcanena	Fernanda Asseiceira	
Presidente CM Entroncamento	Jaime Ramos	
Vice-presidente CM Mação	Vasco Estrela	
Presidente CM Ferreira do Zêzere	Jacinto Lopes	
Vice-Presidente CM Sardoal	Miguel Borges	
Presidente CM VN Barquinha	Miguel Pombeiro	
Outros		
CIMT	Secretária Executiva	
CIMT	Rita Trindade	
CIMT	Cristina Diogo	
Ordem de Trabalhos		
09h30		
Agência Regional de Energia Médio Tejo e Pinhal Interior Sul		
ATA		
Aprovação da ata da reunião anterior (28 de Setembro de 2012)		
ANTES DA ORDEM DO DIA		
1. Informações		
1.1. IMI – Tomada de posição da AMLEI – para conhecimento		
1.2. Municipia Energy		
2. QREN – Ponto de Situação		
3. Central de Compras – Ponto de Situação		
ORDEM DO DIA		
4. Opções do Plano e Orçamento 2013 – Análise		
5. Resumo Diário de Tesouraria; Mapa de Comparticipações em Dívida e Resumo de valor em dívida por ano		
RATIFICAÇÕES		
6. Ratificação da 9.ª Alteração ao Orçamento e PPI – Informação n.º 10/SV/2012		
7. Ratificação da Informação n.º 35/EP/2012 – Realização de um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana . Proposta de Adjudicação.		
PROPOSTAS		
8. Proposta para proceder à 10.ª Alteração ao Orçamento e PPI – Informação n.º 11/SV/2012		
9. Proposta de autorização para adjudicar e aprovar minuta de protocolo de colaboração/convenção – Procedimento n.º AD/09/2012 – Protocolo de Colaboração/Convenção da Certificação Herity de vinte e		

dois bens culturais no Médio Tejo – Informação n.º 29/ACI/2012

10. Proposta para autorização de parecer prévio, bem como, delegação de competências no Presidente do CE - **Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo, e respetivo Plano de Ação – Informação n.º 32/ACI/2012**

11. Propostas de autorização para decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, escolha das entidades a convidar, aprovação das peças de procedimento, subdelegação de competências na Secretária Executiva para prestar esclarecimentos – **AD/15/2012 – Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo e, respetivo Plano de Ação – Informação n.º 33/ACI/2012**

12. Proposta de reprogramação temporal, física e financeira - **Candidatura Intermunicipal Médio Tejo – Gestão em SIG – Informação n.º 33/SIG/2012**

13. Proposta de atuação – **Análise protocolo de Cooperação – IGP – Informação n.º 34/SIG/2012**

14. Proposta de **Parecer Genérico** para os **projetos plurianuais** que deverá ser proposta à reunião da Assembleia Intermunicipal – **Informação n.º 30/ACI/2012**

15. **Proposta de listagem dos projetos plurianuais** cujos procedimentos foram e estão em curso o seu lançamento desde a última reunião da Assembleia Intermunicipal até à próxima reunião - **Informação n.º 31/ACI/2012**

16. Proposta de renovação por mais um ano, da **prestação de serviços de saúde no trabalho da CNM/Inogup** - Conhecimento do resultado dos questionários de avaliação dos serviços de saúde no trabalho – **Informação n.º 02/2012/SMA**

17. Proposta de **lançamento de novo concurso em 2013 – resultado dos questionários de avaliação** - Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Segurança e Higiene no Trabalho – **Informação n. 03/2012/SMA**

Agência Regional de Energia Médio Tejo e Pinhal Interior Sul

Este ponto foi apresentado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes com o apoio dois colaboradores da Agência de Energia MT 21, que efetuaram uma síntese das reuniões com as atividades de 2013 com os Municípios. A ata será redigida por essa equipa que se anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

ATA

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da ata da reunião anterior, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

Depois de lida, foi aprovada por unanimidade.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Informações

1.1. IMI – Tomada de Posição da AMLEI

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de uma tomada de posição da Associação de Municípios da Região de Leiria, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Senhora Presidente do município de Alcanena mostrou algum interesse em que fosse tomada uma posição

idêntica a esta, contudo, foi referido pela Senhora Presidente do município de Abrantes que a Associação Nacional de Municípios já o tinha feito e era a entidade que tinha capacidade legal para o fazer independentemente.

Face a estes esclarecimentos, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade que deveria ser feito um documento apenas com um alerta para que fosse efetuada uma revisão no que concerne ao valor por m².

1.2. Municipia Energy

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício referência FIN 10597 datado de 02.10.2012, enviado pela empresa Municipia sobre a redução de custos/ aumento de receita / diminuição de CO₂, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva referiu aos Senhores Presidentes que a Municipia estava a solicitar o agendamento de uma reunião, para apresentar a Municipia Energy.

Os Senhores Presidentes analisaram o ofício referido e deliberaram, por unanimidade, não se justificar a marcação da reunião solicitada pelo facto da Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Médio Tejo 21 que engloba os 11 municípios do Médio Tejo e 5 do Pinhal Interior Sul, apoiarem a região nas matérias sugeridas. Mais deliberaram que deveria ser enviado um email ao Conselho de Administração a dar conhecimento desta nossa tomada de posição.

No oportunidade a Secretária Executiva comentou que a CIMT ainda aguardava a evolução das diligências que estão a ser desenvolvidas com juristas para a alienação das ações que a CIMT tem com a Municipia e da qual nunca usufruiu qualquer benefício, tanto mais que esta situação é problemática no que concerne à exigibilidade de um ROC.

2. QREN – Ponto de Situação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ponto de situação da contratualização da Estrutura de Apoio Técnico do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, datado de 23/09/2012, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

3. Central de Compras – Ponto de Situação

A Secretária Executiva teceu algumas notas aos Senhores Presidentes, nomeadamente que já tinha sido lançado o primeiro procedimento de concurso público para a celebração de acordo quadro para a seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, tendo já apresentado proposta a GALP e a REPSOL.

Referiu mais uma vez que tinha sido solicitado às entidades que integram a Central de Compras a aprovação de um mandato administrativo, contudo ainda estava em falta a autarquia de Tomar e os serviços municipalizados de Tomar, pelo que reiterava novamente o pedido visto que estas entidades em falta já se encontravam a usufruir das cotações negociadas pelo portal informativo das cotações do Médio Tejo, apesar de ainda não emitido e aprovado o mandato administrativo para o efeito.

Os Senhores Presidentes tomaram assim conhecimento do ponto de situação apresentado.

A Secretária Executiva referiu ainda que estava a envidar esforços para agendar uma reunião com a equipa da MT 21 a equipa da Central de Compras para efetuar uma análise no âmbito das aquisições conjunta por exemplo das lâmpadas.

Ainda no período antes da ordem do dia a Senhora Presidente de Abrantes pediu para abordar alguns assuntos respetivamente:

Reforma Judiciária

A Senhora Presidente do município de Abrantes comentou que o Médio Tejo deveria mais uma vez reiterar a sua posição relativamente a esta matéria, visto se considerar que o modelo que estava a ser implementado com os

tribunais especializados não serve a nossa região, mas sim as áreas metropolitanas.

A Senhora Presidente do município de Alcanena concordou com a questão levantada, devendo no atual contexto a CIMT reafirmar a tomada de posição que já tinha sido dada a conhecer.

Face ao referido, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, efetuar um comunicado à imprensa resultante das considerações acima supramencionadas, bem como, enviar um ofício à Ministra da Justiça para que fosse novamente manifestado o desagrado quanto ao sistema judiciário que estava a ser proposto pelo Ministério da Justiça. Mais referiram os Senhores Presidentes, que o atual enquadramento proposto contraria os princípios ordenadores do próprio ministério, por dificultar claramente à população o direito constitucional do acesso à justiça, nomeadamente por condicionar o privilégio da proximidade dos cidadãos, porquanto o sistema judiciário não teve em conta a especificidade da coesão social territorial das regiões.

Agrupamento de Bombeiros

A Senhora Presidente do município de Abrantes levantou novamente este tema referindo que as autarquias envolvidas estavam em condições de assinar um protocolo, mesmo antes de sair a legislação para o efeito.

Esta questão levantou alguma controvérsia, não se percebendo de antemão o porquê de se poder assinar um protocolo sem ainda ter saído a legislação, tendo sido referido que, assim o protocolo não teria qualquer efeito. As dúvidas foram levantadas pela Senhora Presidente do município de Alcanena e pelo Senhor Vice-Presidente do município do Sardoal.

A Senhora Presidente do município de Abrantes esclareceu que se tratava de uma estratégia, a qual poderia assim pressionar a Secretaria de Estado para que esta questão avançasse com maior celeridade.

O Senhor Vice-Presidente do município do Sardoal comentou que inicialmente se tinha acordado abordar este assunto noutros moldes. Pairando ainda algumas dúvidas sobre esta matéria, controversa, a Senhora Presidente do município de Abrantes ficou de analisar este assunto com as autarquias envolvidas no sentido de evitar perder tempo aos colegas que não estavam envolvidos neste processo.

Centro Hospitalar do Médio Tejo

A Senhora Presidente do município de Abrantes comentou que tinha sido surpreendida com uma informação por uma alteração que inicialmente não estava prevista, referindo a saída da cirurgia de Abrantes para Tomar e a medicina para Abrantes. Comentou que gostava de ver esta situação esclarecida.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que não tinha conhecimento desta informação e que iria tentar perceber o que se estava a passar. Posteriormente enviaria uma mensagem para todos os colegas referente a este assunto.

Metrologia

A Senhora Presidente do município de Abrantes referiu que na sequência da visita do Senhor Diretor Regional da Economia à CIMT e do email da Secretária Executiva considerava oportuno haver um serviço regional para a metrologia cujos serviços tinham deixado de funcionar em Abrantes. Na altura comentou que o Laboratório A-logos poderia assumir esta tarefa tendo tido a concordância dos restantes presentes.

Por sua vez também foi pedido o uso da palavra pelo Senhor Vice-Presidente do município de Mação, para abordar o **Congresso Luso-Brasileiro de Interfaces multidisciplinares do Direito para a Gestão Integrada do Território**

O Senhor Vice-Presidente comentou aos restantes colegas que nos dias 17 e 18 de Dezembro estarão em Mação no âmbito do Ano Portugal Brasil, especialistas de dois países com grandes responsabilidades na definição de estratégias e políticas públicas. Este congresso é organizado expressamente como primeiro balanço da cimeira Rio+20, e trará, também, empresários à região.

Face ao exposto solicitou a viabilidade do Médio Tejo efetuar uma carta de conforto até ao final de novembro

para cada orador a receber antecipadamente, e poder de alguma forma reagir às preocupações da CIMT.

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, face ao acima referido que a Secretária Executiva da CIMT iria coordenar a preparação dessa carta para posterior análise na próxima reunião do Conselho Executivo.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues alertou os colegas que algumas das Comunidades Intermunicipais, segundo se tem vindo a ouvir, vão deixar de existir por não terem os requisitos que a legislação prevista impõe. Comentou que o Pinhal Interior Sul parecia manifestar interesse de se juntar ao Médio Tejo. Relembrou que, por já estamos juntos no âmbito da contratualização, uma possível junção poderia ser benéfica por alargar as nossas fronteiras.

Face ao exposto e no âmbito da reorganização territorial e de uma possível reflexão sobre esta questão, colocava, desde já, à consideração dos colegas a possível junção do Médio Tejo com o Pinhal Interior Sul. A ideia foi agraciada por todos.

Deste modo, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade que fosse enviado um ofício ao Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, dando conhecimento desta nossa tomada de posição, manifestando a nossa total disponibilidade na adesão de/dos municípios que integram o Pinhal Interior Sul no Médio Tejo.

Por último o Senhor Presidente do Conselho Executivo solicitou que a Newsletter da CIMT não fosse impressa para as reuniões e que fosse divulgada apenas em suporte digital.

ORDEM DO DIA

4. Opções do Plano e Orçamento 2012 - Análise

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do documento das opções do plano e orçamento para 2013, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que o presente documento não fazia qualquer referência à Regeneração Urbana e que deveria de igual modo ter planeado algo no âmbito da preparação do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020.

A Senhora Presidente do município de Abrantes referiu não se rever no presente documento, visto considerar que nos deveríamos preparar para o novo ciclo de investimentos. Elencou os quatro vetores que considera do ponto de vista intermunicipal que devem fazer parte deste documento: Regeneração Urbana; Mobilidade; Turismo e Energia.

Face às considerações enunciadas o Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues propôs que até à próxima quarta-feira, dia 31 de Outubro, os Presidentes deveriam enviar os seus contributos para a CIMT para posterior reformulação do documento.

Solicitou de igual modo, que fosse enviado para o seu email e para o email do Senhor Presidente do município da Barquinha uma lista com todas as despesas nominais da CIMT, visto que a Secretária Executiva lhe comentou que as despesas correntes estavam já equiparadas às quotas.

Após estes esclarecimentos, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar as propostas apresentadas devendo este documento das opções do plano e orçamento serem novamente presentes à reunião do Conselho Executivo do dia 09 de Novembro para validação.

5. Resumo Diário de Tesouraria; Mapa de Participações em dívida e Resumo de valor em dívida por ano

Foram presentes ao Conselho Executivo cópias dos seguintes documentos: resumo diário de tesouraria n.º 205/2012 em 23/10/2012; mapa de participações em dívida com ponto de situação em 17 de setembro de 2012 e resumo do valor em dívida por ano, ambos anexos à presente ata e da qual fazem parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

RATIFICAÇÕES**6. Ratificação da 9.ª Alteração ao Orçamento e PPI – Informação n.º 10/SV/2012**

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 10/SV/2012 - Ratificação da 9.ª Alteração ao Orçamento e PPI, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, referiu já ter autorizado esta alteração, contudo solicitou que viesse à reunião para ratificação.

Os Senhores Presidentes do Conselho Executivo deliberaram, por unanimidade ratificar a presente informação.

7. Ratificação da Informação n.º 35/EP/2012 – Realização de um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana. Proposta de adjudicação.

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 35/EP/2012 - Realização de um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana. Proposta de adjudicação, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva comentou que se tinha verificado um lapso quanto ao valor inicialmente apresentado de 63.000,00€ pelo facto de se ter deliberado uma alteração nas peças de procedimento a 28 de setembro de 2012, ao nível do preço base, uma vez que foram incluídos dois municípios que não estavam inicialmente albergados no âmbito do estudo a desenvolver, que levou a que o ajuste direto, por lapso, tivesse ultrapassado o limite constante na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja os 75.000,00€.

Face a esta situação os Senhores Presidentes deliberaram não ratificar a presente proposta, procedendo-se à anulação do procedimento de concurso AD/12/2012, no sentido de não estar conforme as regras constantes no Código dos Contratos Públicos. Mais deliberou, o lançamento de um novo procedimento concursal "ajuste direto", cujo preço base será 74.950,00€.

Mais foi deliberado por unanimidade, que esta aprovação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

PROPOSTAS**8. Proposta para proceder à 10.ª alteração ao orçamento e PPI – Informação n.º 11/SV/2012**

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 11/SV/2012 - Proposta para proceder à 10.ª alteração ao orçamento e PPI, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que havia a necessidade de se proceder à alteração orçamental visto se ter verificado insuficiência de verba de dotação orçamental em diferentes rubricas orçamentais.

O Conselho Executivo face ao acima referido, deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta de alteração.

Mais foi deliberado por unanimidade, que esta aprovação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

9. Proposta de autorização para adjudicar e aprovar minuta de protocolo de colaboração/convenção – Procedimento n.º AD/09/2012 – Protocolo de Colaboração/Convenção da Certificação Herity de vinte e dois bens culturais no Médio Tejo – Informação n.º 29/ACI/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º29/ACI/2012 - Proposta de autorização para adjudicar e aprovar minuta de protocolo de colaboração/convenção – Procedimento n.º AD/09/2012 – Protocolo de Colaboração/Convenção da Certificação Herity de vinte e dois bens culturais no Médio Tejo, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo esclareceu que no âmbito da componente “Promoção do Turismo” do projeto “Afirmção Territorial do Médio Tejo”, encontra-se contemplada a ação “Certificação Herity de vinte e dois bens culturais no Médio Tejo”, que prevê a execução de uma série de trabalhos contemplados e descritos na presente informação.

Esclareceu ainda que havia a necessidade de se obter autorização superior para a adjudicação da referida certificação pelo valor final de 63.407,00€.

Não se tendo verificado objeções quanto à presente autorização de adjudicação, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar a presente proposta.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

10. Proposta para autorização de parecer prévio, bem como, delegação de competências no Presidente do CE - Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo, e respetivo Plano de Ação – Informação n.º 32/ACI/2012

Foi presente ao Conselho Executivo, cópia da Informação n.º32/ACI/2012 - Proposta para autorização de parecer prévio, bem como, delegação de competências no Presidente do CE - Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo, e respetivo Plano de Ação, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente esclareceu os restantes colegas que era necessário o Conselho Executivo autorização para a emissão de um parecer prévio e delegar competências no Presidente do Conselho Executivo para lançar e adjudicar o presente procedimento, com vista à aquisição de serviços para a elaboração do Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo.

Os Senhores Presidentes deliberaram por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

11. Propostas de autorização para decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, escolha das entidades a convidar, aprovação das peças de procedimento, subdelegação de competências na Secretária Executiva para prestar esclarecimentos – AD/15/2012 – Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo e, respetivo Plano de Ação – Informação n.º 33/ACI/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 33/ACI/2012 - Propostas de autorização para decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, escolha das entidades a convidar, aprovação das peças de procedimento, subdelegação de competências na Secretária Executiva para prestar esclarecimentos – AD/15/2012 – Elaboração de Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico do Médio Tejo e, respetivo Plano de Ação, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva solicitou autorização aos Senhores Presidentes para aprovação do início de novo procedimento, nomeadamente autorização para a realização da despesa e decisão de contratar, com procedimento de ajuste direto, aprovação da escolha da entidade a convidar na sequência da indicação da Câmara Municipal de Ourém, aprovação das peças do procedimento e subdelegação de competências na Secretária Executiva para prestar esclarecimentos. Referiu que após consulta informal no mercado se estimava que o respetivo preço contratual não excedesse o valor de 40.650,41€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Senhora Presidente do município de Abrantes alertou para a importância da temática do turismo deixando bem claro a importância de um trabalho conjunto, devendo estar contemplado no caderno de encargos a participação de todas as autarquias nesta estratégia, ao qual lhe respondeu a Secretária Executiva que esse assunto estava salvaguardado no referido caderno de encargos, nomeadamente no capítulo VII – Cláusulas Técnicas, Cláusula 4, Ponto 4.

Tratando-se de uma matéria considerada de grande relevância para todos os Presidentes, o Conselho Executivo deliberou por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como, convidar a empresa em questão a estar presente na próxima reunião do Conselho Executivo para esclarecer aos Senhores Presidentes tudo o que estão a pretender fazer, em que moldes, etc..

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

12. Proposta de reprogramação temporal, física e financeira - Candidatura Intermunicipal Médio Tejo – Gestão em SIG – Informação n.º 33/SIG/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 33/SIG/2012 - Proposta de reprogramação temporal, física e financeira - Candidatura Intermunicipal Médio Tejo – Gestão em SIG, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva transmitiu aos Senhores Presidentes que era necessário autorização para submeter ao Programa Operacional Regional do Mais Centro a memória descritiva referente à reprogramação da candidatura do projeto Médio Tejo – Gestão em SIG.

Não se verificando qualquer objeção, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

13. Proposta de atuação – Análise do protocolo de colaboração – IGP – Informação n.º 34/SIG/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 34/SIG/2012 - Proposta de atuação – Análise do protocolo de colaboração – IGP, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva transmitiu aos Senhores Presidentes que pela análise de alguns protocolos análogos que o IGP celebrou neste âmbito por exemplo como é o caso dos municípios de Avis e Montemor-O-Velho, com outras entidades verifica-se que o conceito de parceria com a CIMT é diferente, tendo em conta que a CIMT assumiu muitas das responsabilidades que nos restantes casos são da incumbência do IGP.

Face ao exposto, foi colocada à consideração dos Senhores Presidentes a seguinte proposta de atuação:

Remeter à DGT que após a análise da proposta de alteração ao protocolo tecemos as seguintes considerações:

Na tentativa de uniformizar o protocolo às restantes entidades, em virtude de se proceder à eliminação dos pontos 4 e 5 da cláusula 3ª propostos pela DGT, deverão passar a figurar os seguintes pontos na mesma cláusula:

- Suportar as despesas inerentes à ligação telefónica (linha analógica, routers e ADSL) e respetivo centro de controlo, para transmissão dos dados das duas estações;
- Operar e fazer a manutenção da estação através de pessoal próprio das duas estações e centro de controlo;

Propõe-se ainda que o ponto 1 da cláusula 4ª seja alterado passando sua redação a ser a seguinte:

- Facultar o acesso à estação de pessoal do IGP devidamente credenciado para o efeito;

Ou em alternativa propõe-se a adaptação da redação do ponto 4º da cláusula 3ª nos seguintes moldes - "Disponibilizar à CIMT e por inerência aos seus Municípios associados, licenças de utilização gratuitas, relativas a informação produzida nas áreas de competência do IGP, em suporte digital, nos formatos vetorial e raster (com exclusão do modelo Digital do Terreno), para uso interno no âmbito das atividades que lhe são específicas, até aos montantes despendidos pela CIMT, na manutenção e conservação dos serviços prestados para a transmissão dos dados ao abrigo do presente protocolo"

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

14. Proposta de Parecer Genérico para os projetos plurianuais que deverá ser proposta à reunião da Assembleia Intermunicipal – Informação n.º 30/ACI/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 30/ACI/2012 - Proposta de Parecer Genérico para os projetos plurianuais que deverá ser proposta à reunião da Assembleia Intermunicipal, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva teceu alguns comentários focando que se necessitava de autorização superior para apresentação à Assembleia Intermunicipal de um novo parecer genérico mais consentâneo com as atividades e objetivos estratégicos oportunamente aprovados.

A Senhora Presidente do município de Abrantes alertou que os serviços da sua câmara a tinham alertado que a denominação de parecer genérico não era a mais correta devendo ser alterada para "Autorização Prévia Genérica".

Face ao referido, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade que fosse efetuada a devida correção e que este parecer fosse remetido para a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMT.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

15. Proposta de listagem dos projetos plurianuais cujos procedimentos foram e estão em curso o seu lançamento desde a última reunião da Assembleia Intermunicipal até à próxima reunião - Informação n.º 31/ACI/2012

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 31/ACI/2012 - Proposta de listagem dos projetos plurianuais cujos procedimentos foram e estão em curso o seu lançamento desde a última reunião da Assembleia Intermunicipal até à próxima reunião, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva teceu alguns comentários referindo que era necessário remeter estes elementos para a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal para ratificação dos mesmos.

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar a presente proposta, bem como remetê-la para ratificação na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

16. Proposta de renovação por mais um ano, da prestação de serviços de saúde no trabalho da CNM/Inogup - Conhecimento do resultado dos questionários de avaliação dos serviços de saúde no trabalho - Informação n.º 02/2012/SMA

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 02/2012/SMA - Proposta de renovação por mais um ano, da prestação de serviços de saúde no trabalho da CNM/Inogup - Conhecimento do resultado dos questionários de avaliação dos serviços de saúde no trabalho, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva transmitiu que havia a necessidade de ser autorizado superiormente a renovação do contrato de prestação de serviços de saúde no trabalho por mais um ano, referente ao período de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014. Esclareceu que tinha sido feito um inquérito e que a maioria dos inquiridos estavam satisfeitos em todos os aspetos relacionados com a prestação de serviços da Inogrup/CNM.

Não se verificando nada em contrário sobre esta matéria, o Conselho Executivo deliberou, aprovar a presente proposta com a abstenção do município de Abrantes.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

17. Proposta de lançamento de novo concurso em 2013 - resultado dos questionários de avaliação - Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Segurança e Higiene no Trabalho - Informação n. 03/2012/SMA

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 03/2012/SMA - Proposta de lançamento de novo concurso em 2013 - resultado dos questionários de avaliação - Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Segurança e Higiene no Trabalho, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva esclareceu que era necessário obter autorização superior para o lançamento de novo concurso em 2013, referente ao período após 28 de fevereiro de 2013, término do contrato em vigor.

Não se verificando nada em contrário sobre esta matéria, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar a presente proposta.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

EM_REDE

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 36/2012/EP – Projeto Médio Tejo – Empreendedorismo EM_Rede, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

Ficou acordado na próxima reunião do Conselho Executivo solicitar a presença da Dra. Rita Seabra do IAPMEI para uma definição da estratégia a ter em conta daqui para a frente.

Sítios Autárquicos

Foi referido dar continuidade do processo de adjudicação. Ficou de igual modo deliberado a Secretária Executiva articular este assunto com o Senhor Presidente do município de Vila Nova da Barquinha.